

A SITUAÇÃO DO TRABALHADOR NO CORTE DA CANA DE AÇÚCAR NOS CANAVIAIS DE ALAGOAS

Servignee Buarque Cavalcanti¹

Andréa Amorim da Silva²

Maria José Araújo dos Santos³

Patricia Monteiro Vasco de Almeida⁴

Serviço Social



ISSN IMPRESSO 2317-1693
ISSN ELETRÔNICO 2316-672X

RESUMO

O presente artigo tem como objeto a situação do trabalhador no corte da cana de açúcar nos canaviais de Alagoas. Analisa o sistema latifundiário como problema presente na questão agrária brasileira, refletindo, também, expressões da questão social que implicam na precarização das condições de vida e trabalho do trabalhador do corte da cana nos canaviais de Alagoas. Este artigo foi produzido com base em pesquisas bibliográficas e documentais, norteados por uma perspectiva histórica-crítica sobre os fundamentos da sociedade capitalista.

PALAVRAS-CHAVE

Capitalismo. Questão Agrária. Questão Social. Trabalhador no Corte da Cana.

ABSTRACT

This article is about the employee's situation in cutting sugar cane in the cane fields of Alagoas. Analyzes the landowner system as this problem in the Brazilian agrarian question, also reflecting expressions of social issues involving the precarious conditions of life and work of cutting sugarcane worker in the cane fields of Alagoas. This article was produced based on bibliographic and documentary research, guided by a historical and critical perspective on the foundations of capitalist society.

KEYWORDS

Capitalism. Agrarian Question. Social Question. Worker in Cutting Cane.

1 APRESENTAÇÃO

Após a transição da produção açucareira dos engenhos para as usinas, o sistema latifundiário atrelado a monocultura da cana de açúcar ganhou novas facetas, porém continuou com o uso do trabalho precário, explorando trabalhadores e contribuindo para a reprodução do empobrecimento da população rural. Essa população, desprovida dos meios de produção, nesse caso a terra, cuja posse se concentra nas mãos de latifundiários – grandes fazendeiros e usinas –, em um regime de trabalho livre vendem sua força de trabalho como cortador de cana.

O cortador de cana trabalha em condições precárias, sem equipamentos de segurança, sob o calor intenso e com jornadas excessivas de trabalho. Além do mais, não possui vínculos empregatícios, uma vez que só trabalha nessa atividade no período de safra da cana-de-açúcar, podendo ainda ser substituído pelas máquinas, o que ocasionará futuramente, um desemprego estrutural neste setor sucroalcooleiro. Além do mais, como se não bastasse o baixo salário que recebe ao custo de toneladas de cana cortada, sua sobrevivência como trabalhador rural é dificultada pelo não acesso a terra, o que em muitos casos impossibilita a sua própria produção gêneros alimentícios necessários a sua sobrevivência.

Desse modo, o presente artigo se propõe analisar a situação do trabalhador do corte da cana-de-açúcar nos canaviais de Alagoas como consequência do desenvolvimento do modo de produção capitalista, das transformações societárias e da expansão dos latifúndios, de modo que os trabalhadores do corte da cana são submetidos às condições precárias de trabalho.

2 O ACESSO À PROPRIEDADE DA TERRA COMO PROBLEMA HISTÓRICO

Os primeiros engenhos de açúcar teriam surgido no Brasil ainda no século XVI, uma vez que, nessa época, o açúcar já representava uma atividade altamente lucrati-

va para os colonizadores. Para a instalação desses engenhos se fez necessária a aquisição de grandes extensões de terras, pois havia um propósito de ter uma população fixa para trabalhar nos canaviais. Segundo Fausto (2008), a distribuição da terra teve o seu início na época da colonização com a chegada da expedição de Martim Afonso de Souza em terras brasileiras, entre 1530 e 1533, quando este foi nomeado pela corte portuguesa como governador e capitão-mor do Brasil.

Sendo assim, conforme Diégues Jr (2012), essas terras, inicialmente, eram doadas pela Coroa Portuguesa somente para quem fosse construir engenhos de açúcar. Este fator nos mostra que o limitado acesso à propriedade da terra no Brasil, para alguns poucos, é um problema histórico. Recebiam terras, segmentos sociais que expressavam lugar social privilegiado, detendo a posse e podendo repassá-la aos seus herdeiros, fomentando assim a formação de uma elite agrária e latifundiária em nosso país.

As terras brasileiras poderiam ser doadas àqueles que viessem com Martim Afonso, ou ainda, aos que já se encontravam no Brasil (DIÉGUES JR., 2012), desde que tivessem recursos suficientes para fazê-las produzir, segundo a lógica mercantil e colonizatória de Portugal. Segundo Fausto (2008), essas terras foram divididas em grandes extensões e entregues aos “capitães-donatários”, os quais compunham um grupo seletivo de pessoas ligadas à coroa, fazendo parte de uma pequena nobreza, como os burocratas, banqueiros e comerciantes.

Entretanto, a posse das terras pelos capitães-donatários era limitada, não podendo repassá-la para seus herdeiros. Foi a partir do regime das capitânicas hereditárias que essas terras passaram a ser doadas de forma hereditária, mantendo-se na mesma família e seus descendentes, por meio do sistema de concessão das sesmarias⁵.

No entanto, já havia, em meados do século XVI, uma intenção de utilizar essas terras para a construção de fábricas de açúcar, foi a partir daí que nos primeiros anos do século XVII, por meio das ordenações Filipinas, que houve a concessão das terras nordestinas para a construção de engenhos de açúcar. E assim, as sesmarias se dividiram e delas surgiram os primeiros engenhos de açúcar, surgindo a partir daí a hereditariedade dos engenhos.

Com a expansão dos engenhos, houve um considerável aumento da importação dos escravos africanos, pois a força de trabalho negra era fundamental na produção do açúcar, uma vez que, com o regime de escravidão, sob intensa exploração, era, porém,

5. Sesmarias foi conceituada no Brasil como “uma extensão de terra virgem cuja propriedade era doada a um sesmeiro, com obrigação [...] de cultivá-la no prazo de cinco anos e de pagar o tributo devido à coroa” (FAUSTO, 2008, p. 45).

notável a extração da mais-valia⁶ deste trabalhador. Este fator contribui para entendermos em parte, heranças para o atual trabalhador do corte da cana, cujo perfil em grande medida se enquadra na condição de negros ou pardos e com baixa escolaridade, caracterizando a população agrária do Nordeste do Brasil.

No entanto, com a libertação dos escravos, no final do século XIX, os engenhos entraram em crise, havendo a necessidade de novos investimentos e a aquisição de equipamentos mais modernos. Sendo assim, os proprietários dos engenhos começaram a comprar as terras dos engenhos vizinhos, expandindo seus canaviais, ou ainda modernizando-se ao aderir ao sistema de produção das primeiras usinas de açúcar.

3 A TRANSIÇÃO DOS ENGENHOS PARA AS USINAS E O EMPOBRECIMENTO DA POPULAÇÃO RURAL

Os engenhos de açúcar melhor estruturados economicamente no final do século XIX e início do século XX foram aos poucos se transformando em usinas. Estas, por sua vez, se diferenciam dos antigos engenhos não somente pela inovação tecnológica, mas pelo fato serem parte de uma estrutura privada, a qual necessita da aquisição de enorme extensão de terras que possibilite a produção e o cultivo da cana-de-açúcar, formando assim um complexo produtivo. A primeira usina de açúcar alagoana surgiu por volta de 1890, e em 1950 o estado de Alagoas já contava com vinte e sete usinas (DIÉGUES JR., 2012).

Para Diégues Jr (2012), com o advento das usinas de açúcar se iniciava uma nova fase na economia nordestina, a fase industrial, caracterizada pelo aperfeiçoamento das técnicas de produção, bem como pelas mudanças nas relações de trabalho. O dono da usina não era mais aquele senhor de engenho que no campo tinha o contato e trato direto com seus empregados. Ele agora possuía um administrador que se responsabilizava pela produção. Desse modo, o dono da usina permanecia mais tempo nas cidades. Tratava-se, então, de uma fase de transição do “patriarcalismo”, caracterizado por uma economia agrária e trabalho escravo, para o “burguesismo” caracterizado por uma economia industrial e pelo trabalho assalariado fazendo reconfigurar o sistema latifundiário⁷.

6. Para Lessa (2005), “a mais-valia é uma relação pela qual a riqueza produzida pelo operário, ao ser apropriada pelo burguês, converte-se em uma forma de riqueza, o capital, cuja única função social é comprar a força de trabalho (quer seja diretamente, sob a forma de trabalho assalariado, quer indiretamente, sob a forma de mercadoria produzida pelo trabalho assalariado). ‘A forma específica de exploração do trabalho pelo capital tem, portanto na mais-valia um dos seus nódulos mais essenciais. É o predomínio da mais-valia que diferencia a exploração do trabalho no capitalismo das formas pré-capitalistas de exploração’” (LESSA, 2005, p. 22).

7. A estrutura fundiária está relacionada com o acesso à propriedade da terra e a forma como essa propriedade está sendo distribuída entre os pequenos produtores.

O sistema de latifúndio em Alagoas, então, encontra-se fortemente ligado a economia açucareira e se edificou a partir da exploração da terra, da força de trabalho outrora escrava e hoje livre, e da monocultura na medida em que todo investimento estava direcionado apenas ao cultivo de um único produto – a cana-de-açúcar. Este fator teve grande influência na formação econômica e social do Nordeste, visto que o cultivo da cana-de-açúcar passou a dominar o mercado, limitando os espaços para a produção de outros gêneros alimentícios necessários a sobrevivência dos trabalhadores do campo.

A partir de então, houve uma intensificação da exploração do trabalhador no setor canavieiro, que, mesmo após a abolição da escravatura, não pôde ser considerado um trabalhador livre de fato, pois à medida que a exploração aumenta, aumenta, também, a dependência financeira destes trabalhadores, submetendo-se às amarras do “burguesismo” presente no sistema latifundiário de produção.

A monocultura passou então a dominar a agricultura do Nordeste, contando com o apoio das estradas de ferro, pois o transporte do açúcar para a capital já estava sendo feito por via férrea e não mais por via marítima, como nos antigos engenhos. Algumas usinas, mais aparelhadas, até chegavam a construir suas próprias ferrovias. E assim, a produção açucareira voltou a crescer principalmente após a primeira guerra mundial, uma vez que os países envolvidos no conflito estavam com deficiência na produção de açúcar, voltando a sofrer novo declínio com a crise de 1929.

Ao longo do século XX, conforme Diégues Jr (2012), os rendimentos das usinas nordestinas enfrentaram, também, a escassez de recursos para reinvestimento em renovação de tecnologias, apesar das máquinas já estarem, aos poucos, substituindo o trabalho humano. Esse, aliás, é um dos fatores que acaba obrigando o trabalhador do corte da cana a migrar para outros estados do Brasil em busca de trabalho, pois o mesmo passa a trabalhar somente em período de safra, além do mais, se trata de um trabalho que exige muito esforço físico e baixa remuneração.

Por outro lado, como o sistema de latifúndio atrelado a monocultura da cana, não permite que o trabalhador rural possa ter a sua própria terra e assim poder cultivar outras variedades de produtos para o seu sustento, eles são obrigados a ir embora quando acaba o período de safra. Estes trabalhadores, então, após realizarem as etapas de plantio, colheita e moagem, são dispensados e vão para outras regiões em busca de outro emprego, os que permanecem nas usinas são aqueles que possuem outras especializações, como por exemplo, no setor da indústria.

O latifúndio contribui então para que desapareça a pequena e a média propriedade, pois constantemente pequenas propriedades são sugadas pelas grandes. Em Alagoas este fator só tende a aumentar com o desenvolvimento das usinas açucareiras em detrimento da produção de carne, ovos, leite e legumes. Então a concentração

da propriedade vem crescendo na área açucareira, havendo assim, um predomínio da monocultura da cana-de-açúcar o qual acaba suprimindo o cultivo de diversos outros produtos, como, a mandioca, o milho ou feijão, além da criação de gado.

Sendo assim, Diégues Jr (2012), ressalta que, enquanto o usineiro lucra com o mercado açucareiro, acumulando bens e propriedades, o cortador de cana se caracteriza como um sujeito humilde, com poucas vestes, habitações precárias, sem conforto, sem móveis. Muitas dessas moradias feitas de taipa, palha ou ainda de pau a pique. Esses trabalhadores, quando têm acesso aos serviços de saúde, não têm condições de comprar medicamentos, como também, o trabalho precário e a alimentação inadequada fazem com que essa população adoença com bastante frequência, sem se contar com o alto índice de analfabetismo, que por sua vez obriga a esta população se submeter a estas condições degradantes de trabalho.

Esse fator permanece até os dias atuais e, como consequência dessa exploração latifundiária e do controle dos donos das usinas sobre os trabalhadores é que resulta essa população analfabeta com baixos salários e redução da capacidade de atuar em outras áreas, ficando dependente do trabalho do corte da cana e do latifúndio. Porém, para Diégues Jr (2012, p. 173), apesar da grande importância das usinas, sua existência “não justifica o latifúndio”, para ele, o açúcar pode ser produzido sem a exploração dos latifúndios, por meio da formação de usinas sob o regime cooperativista.

Todavia, de acordo com Tavares (2004), a alternativa de melhor condição de trabalho por meio de sistema de cooperativa tem que surgir da iniciativa dos próprios trabalhadores e que não deve ter nenhum vínculo com o Estado ou com o capitalista, uma vez que “elas [as cooperativas] só têm valor enquanto são criações independentes nas mãos dos trabalhadores e não são protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses” (MARX APUD TAVARES, 2004, p. 165). A autora, porém, enfatiza que no Nordeste o sistema de cooperativa pode ser uma opção devido à falta de alternativa dos trabalhadores, pois,

[...] criam emprego e renda em áreas de baixa atração de investimentos como é o sertão nordestino; incluem no mercado uma população tradicionalmente excluída, criando expectativas de inserção social inexistentes anteriormente; qualificam mão de obra para o trabalho industrial; mantêm nas pequenas cidades uma população potencialmente migrante para o Sudeste do país ou capitais regionais. (LIMA APUD TAVARES, 2004, p. 165).

No entanto, em uma sociedade como a capitalista estruturada na exploração de uma classe sobre a outra, torna-se difícil existir um sistema cooperativista, fundado apenas pelos trabalhadores, sem a intervenção do Estado ou do capital. Sendo assim,

o regime cooperativista passa a ser mais uma forma que o capital encontrou para explorar a classe trabalhadora por se tratar de um trabalho informal, no qual o burguês continua lucrando com extração da mais-valia do trabalhador, porém não possui nenhum vínculo empregatício com o mesmo.

4 QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO SOCIAL: A LUTA PELA TERRA NO BRASIL

Compreende-se que a sociedade capitalista tem como objetivo a obtenção do lucro mediante a exploração da força de trabalho, para fins de acumulação do capital. Desse modo, em meados século XVIII, houve uma intensificação das forças produtivas, nas quais as indústrias começaram a substituir a máquina a vapor e a manufatura. Nessa época, a Inglaterra estava vivenciando o momento de expansão das indústrias têxteis, foi quando ocorreu a Revolução Industrial, intensificando a exploração do trabalho, aumentando a miséria e a pauperização.

Foi diante desse contexto social que, na segunda metade do século XIX, a classe trabalhadora se organizou de forma política, procurando um reconhecimento por parte do Estado e do capital para atender suas necessidades, ou seja, buscava um reconhecimento político enquanto classe. Esse fator ficou então conhecido como “questão social”, o qual Iamamoto e Carvalho (2011, p. 84) definem como sendo:

[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação do cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão.

Sendo assim, segundo Netto (2011), a expressão começou a ser utilizada a partir da terceira década do século XIX e surgiu para dar conta de um fenômeno que estava se evidenciando na Europa Ocidental naquela época, o “pauperismo”, este por sua vez, seria o efeito do processo de industrialização na Inglaterra no século XVIII, o autor, ainda, afirma que “se tratava de um fenômeno novo, sem precedentes na história anterior conhecida” (NETTO, 2011, p. 42).

No entanto o que difere as desigualdades sociais na atual sociedade, das sociedades anteriores, é que, nas sociedades que antecederam o modo de produção capitalista, essas diferenças eram oriundas da escassez das forças produtivas. Na sociedade capitalista, essas desigualdades advêm do excesso de produção, pois o objetivo principal do modo de produção capitalista é o acúmulo de riquezas, e assim, a classe que é responsável pela produção dessa riqueza, acaba não tendo acesso a ela.

Sendo assim, Netto (2011, p. 42-43), quando esboça sobre as “cinco notas a propósito da questão social”, ressalta logo na primeira nota que,

Pela primeira vez na história registrada, *a pobreza cresceu na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas*. Tanto mais a sociedade se resolveu capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que além de terem acessos efetivos a tais bens e serviços, viam-se despossuídos até das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente. (Grifos do autor).

Então esta pobreza não é mais justificada pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas, agora ela era produzida justamente à medida que há um crescimento da tecnologia, dos bens de consumo e das riquezas.

Netto (2011) ressalta que inexistem qualquer “nova questão social”, o que mudam são as suas expressões, as quais vão sofrendo alterações conforme o desenvolvimento da sociedade capitalista, sofrendo, também, influências históricas e culturais de cada região. Na proporção que a sociedade capitalista vai se consolidando, a classe trabalhadora vai sendo cada vez mais prejudicada e, como consequência, emergem novas expressões da questão social, e uma delas está relacionada aos trabalhadores rurais, podendo ser compreendida como “questão agrária”.

No Brasil, a questão agrária está relacionada à estrutura fundiária, e se configura com uma expressão da questão social quando reflete o problema do acesso à propriedade da terra pelos trabalhadores rurais. Em nosso país, a divisão e concentração das terras ocorreram ainda no período da colonização, visando os interesses capitalistas.

Na contemporaneidade da questão agrária, essa expressão da questão social, também, é fruto da conscientização da classe trabalhadora rural em busca de um reconhecimento como classe, visando o acesso a direitos e melhores condições de vida. Reflete, ainda, uma conscientização de classe, composta por trabalhadores rurais, conhecida como “campesinato” na luta pelo acesso à propriedade da terra. Estes trabalhadores rurais, então, se uniram em movimentos como o “Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST”⁸ em busca de uma possível solução por parte do Estado para que lhes fosse garantida a posse da terra por meio da “reforma agrária”.

8 Segundo Fernandes (2008), as primeiras reuniões que deram origem aos Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra ocorreram nos anos compreendidos entre 1978 e 1983, sendo o seu primeiro encontro realizado em janeiro de 1984 na cidade de Cascavel – PR. Todavia, oficialmente o MST tem 24 anos de existência, as quais foram marcadas por diferentes fases da questão agrária, mudanças que lançavam novos desafios, dominando o movimento de trabalhadores rurais.

De acordo com Fernandes (2008, p. 74),

A reforma agrária é uma política territorial que serve para minimizar a questão agrária [...] um problema estrutural do capitalismo [...] sendo parte da sua própria lógica de desenvolvimento, gerando processos de diferenciações e desigualdades, expulsões e expropriações, excluindo ou subalternizando, destruindo e recriando o campesinato. Por esta razão, as relações entre campesinato e capital são de conflitualidades permanentes e explicitadas, de um lado pela subalternidade do campesinato ao capital e pelo poder que o capital tem, de acordo com seus interesses, de destruir e recriar o campesinato e, de outro lado, pela resistência do campesinato em determinar sua própria recriação por meio das ocupações de terra.

Desse modo, a reforma agrária que interessa aos movimentos sociais do campo, segundo o mesmo autor, é aquela que modifica a estrutura fundiária de um país. Porém, no caso do Brasil, estas mudanças não estão ocorrendo, pois há uma ampliação do território agrícola e da concentração de terra. A partir da década de 1970, houve a intensificação da expansão da monocultura e a ampliação da agroindústria, resultando na redução dos movimentos camponeses em virtude da forte repressão da ditadura militar, causando uma das maiores crises da resistência do campesinato (FERNANDES, 2008).

Na década de 1980, com a redemocratização do país, momento de consolidação do modelo agroexportador e agroindustrial, fez ressurgir o processo de luta pela reforma agrária por meio das ocupações de terras. Então, o debate sobre a reforma agrária passa a ser retomado em meados dessa mesma década, após o término da ditadura militar com o governo de Tancredo Neves por meio do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), o qual foi dado continuidade com o governo de José Sarney (1985-1989).

Em 1989, Luis Inácio Lula da Silva lança, na sua candidatura para presidente da República, juntamente com o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), um “programa estratégico para modificar a estrutura fundiária do país, amenizar a pobreza e facilitar o desenvolvimento da agricultura” (ENGELMANN; GIL, 2012, p. 2).

Contudo, segundo Fernandes (2008), tanto o I PNRA, quanto o II PNRA, tiveram dois grandes opositores, o primeiro ocorreu por meio dos ruralistas, com a criação da União Democrata Ruralista (UDR), já o segundo, encontra como obstáculo o agronegócio⁹, o qual defende o acesso a terra sob o seu controle. As diferenças entre rura-

9. Para Fernandes (2008, p. 75), o agronegócio é “um conjunto que reúne, de formas diferenciadas, os

lista e o agronegócio é que os ruralistas da década de 1980 se junta ao agronegócio por meio da produção ou pelo arrendamento da terra e a maioria são pecuarista, produtores de soja e de cana-de-açúcar. Já o agronegócio é utilizado pelos grandes latifundiários como forma de manejar suas terras para um melhor desenvolvimento, tanto da soja, como da cana, ou arrendando ou produzindo.

No entanto, ambos mantêm a sua lógica de monocultura e grandes latifúndios, promovendo o empobrecimento dos trabalhadores rurais.

De acordo com Rangel (APUD ENGELMANN e GIL, 2012), o capitalista não tem interesse em desenvolver um programa de reforma agrária que toque na estrutura fundiária, e sim, manter pequenas áreas produtivas próximas dos grandes complexos rurais a fim de garantir a força de trabalho assalariada, durante o ano todo com o objetivo de exportar o que fosse produzido, gerando a produção de bens e serviços para industrialização.

Sendo assim, há um enorme interesse em preservar os grandes latifúndios a fim de fortalecer a burguesia industrial, prejudicando, então o trabalhador rural.

Desse modo, o governo Lula, que tinha como proposta a desapropriação dos latifúndios improdutivos, visando combater a pobreza por meio do desenvolvimento do campo e da indústria, passou apenas a promover um “programa e criação de assentamentos, restrito a áreas improdutivas ou ilegais e a reestruturação de assentamentos antigos” (ENGELMANN; GIL, 2012, p. 7), ao mesmo tempo em que promove, através de altos incentivos financeiros, o agronegócio direcionado à exportação.

O governo de Lula, então, não desenvolveu a reforma agrária, realizando, ao invés disso, programas compensatórios como o “bolsa família”, ou o “fome zero”, este último, por meio da agricultura familiar, visando o assentamento de famílias para a produção de alimentos, com o objetivo de combater a fome no país.

Sem conquistas e devido os desgastes das lutas, muitas famílias acabavam deixando os acampamentos o que reduzia o poder de luta contra o governo. A política compensatória do bolsa família – um auxílio financeiro mensal – também, tem diminuído o poder de pressão dos movimentos organizados.

No entanto, para o MST, a reforma agrária deve ser realizada por meio do enfrentamento à concentração de terra que seja contrária à ordem vigente, desapropriando latifúndios e criando um novo modelo de produção agrícola, visando o enfrentamento do agronegócio, beneficiando a pequena agricultura. Este agronegócio,

sistemas agrícolas, pecuário, industrial, mercantil, financeiro, tecnológico, científico e ideológico”. Um dos seus objetivos é o latifúndio para que futuramente desenvolva principalmente, a expansão da cana-de-açúcar para a produção de agroenergia.

por sua vez, desafia o movimento camponês e contribui para o impedimento da reforma agrária.

Observa-se então, que não há interesse algum dos capitalistas em promover a reforma agrária, ao contrário, o interesse está totalmente voltado para as grandes concentrações de terras, beneficiando a burguesia industrial, como é o caso das usinas de cana-de-açúcar. Desse modo, o trabalhador rural continua sem acesso a propriedade da terra para garantir a sua sobrevivência, tendo que se submeter às explorações e as mudanças que estão ocorrendo no mercado de trabalho, as quais, em consequência da crise do capital, se retratam sobre a perda dos vínculos empregatícios, fazendo com que o trabalhador do corte da cana só trabalhe em período de safra, ficando o resto do ano desempregado.

5 A SITUAÇÃO DO TRABALHADOR CONTEMPORÂNEO NO CORTE DA CANA

O trabalhador do setor canavieiro está entre os mais explorados, pois além de trabalharem expostos ao sol, sob condições precárias, sem os devidos equipamentos de proteção individual, os EPIs¹⁰, ainda não possuem vínculo empregatício formal que garanta direitos trabalhistas, pois só trabalham em período de safra, passando o resto do ano desempregados.

Observa-se então que essa precarização do trabalho no campo está fortemente relacionada à dificuldade do acesso à propriedade da terra. Porém, atualmente, ainda existem outros fatores que contribuem para que estes trabalhadores se submetam a tais explorações, como as medidas que a sociedade capitalista adotou para tentar superar a crise da década de 1970¹¹, crise considerada permanente e que tem tido grande influência do mercado internacional.

Essas medidas, para Netto (2010), ocorrem por meio das transformações societárias¹², baseadas no projeto restaurador do “tríplice mote da ‘flexibilização’ (da produção e das relações de trabalho), ‘desregulamentação’ (das relações comerciais e dos

10. Os EPIs são os equipamentos de proteção individual, que são utilizados para a proteção dos trabalhadores e, segundo Reimberg (2008), nas usinas de Alagoas, o número de acidentes tem aumentado bastante, pois faltam esses equipamentos como óculos de proteção, botas e luvas, além de em algumas usinas o uso de bombas pesticidas se fazer de maneira irregular, com máscaras em péssimo estado de conservação e sem instruções de uso. O transporte para os trabalhadores também funciona em condições precárias, com extintores vencidos e problemas com os freios.

11. De acordo com Mészáros (2009), a crise, a partir da década de 1970, passa a ser estrutural, ou seja, não ocorrem ciclos econômicos. Ele ainda afirma que a crise não é nova, ao contrário, é endêmica, cumulativa, crônica e permanente; e suas manifestações são o desemprego estrutural, a destruição ambiental e as frequentes guerras.

12. Para Netto (2010), as transformações societárias, surgiram a partir da década de 1970 e estão vinculadas às mudanças que ocorreram no mundo do trabalho e estão relacionadas à globalização e o crescimento tecnológico.

circuitos financeiros) e da 'privatização' (do patrimônio estatal)" (NETTO, 2010, p. 11).

Com a reestruturação produtiva¹³, o número de desempregados tem aumentado bastante, bem como, tem intensificado a exploração dos que ainda mantêm seus empregos, os quais, também, são submetidos, na maioria das vezes, a redução dos seus salários. Por outro lado, tem aumentado o número de trabalhos informais, terceirizados¹⁴ e temporários, dentre estes últimos podem-se ressaltar os "bóias-frias". Estas mudanças que ocorreram no mercado de trabalho fazem com que o trabalhador se torne cada vez mais fragilizado e submetido às condições degradantes de trabalho, como por exemplo, o cortador da cana-de-açúcar.

Neste sentido, os trabalhadores ainda se submetem à exploração, como meio de subsistência, induzida por um processo de produção exigida pelo sistema capitalista. Além destes, pode-se incluir dentre aqueles que se submetem a determinadas situações de discriminação, mulheres e analfabetos, beneficiando apenas os interesses econômicos, sociais e políticos de um sistema estruturalmente desigual.

Sabe-se que o trabalho escravo realizado pelos negros africanos teve grande influência na economia do Brasil. No entanto, trabalho escravo no contexto atual, não se caracteriza mais pela falta da liberdade, como ocorria com os escravos do período colonial, e sim pela semelhança da exploração e intensificação do trabalho, com jornadas exaustivas. Por outro lado, agora estes trabalhadores ainda têm que cumprir metas determinadas pelas usinas, ou seja, a condição para que sejam contratados, é a quantidade de "toneladas" de cana que eles conseguirem cortar.

E assim, devido à necessidade de garantir não só a sua sobrevivência, mas a de toda família, o trabalhador do corte da cana se submete a horas excessivas de trabalho para assegurar uma produção maior e, conseqüentemente, atingir melhor salário. Entretanto, como esse trabalhador ganha pela sua produção e não pelas horas trabalhadas, esta exploração tem trazido grandes danos à saúde do cortador de cana ao mesmo tempo em que gera riqueza para o capital.

E assim, segundo Sant'ana (2012), todos os trabalhadores que cortam cana há mais de 20 anos estão com doenças, tais como: dificuldades na respiração, câimbras

13. Para Antunes (2008), a reestruturação produtiva foi criada para superar o padrão fordista de "produção em massa". Sendo assim, busca articular o desenvolvimento da tecnologia com a desconcentração produtiva das pequenas e médias empresas. A produção passa a ser voltada para um mercado específico, de acordo com a demanda.

14. Todavia, vale ressaltar, que cada vez mais, por exemplo, os trabalhos terceirizados são ocupados por pessoas com qualificação, o que nos faz pensar qual o lugar ocupado hoje pelo cortador de cana, em termos de trabalho, e como ele irá manter-se empregado, sobretudo, com a modernização da agroindústria canavieira. Ressaltando que o capitalismo ultrapassou todas as possibilidades civilizatórias, e com a substituição dos trabalhadores pelas máquinas no setor canavieiro irá fragmentar, explorar e desumanizar ainda mais estes trabalhadores.

que acabam provocando fortes dores musculares, convulsões, além de problemas cardíacos e pulmonares, passam a fazer parte da rotina diária desses trabalhadores.

Estas doenças, então, acabam dificultando a execução de seu trabalho, além de provocarem dor e sofrimento diários. E para que o capitalista possa lucrar com a exploração desse esforço e sobre-humano, o lucro é ainda maior quando o corte de cana é realizado manualmente, resultando assim, em um trabalho intensivo que causa danos aos trabalhadores, por se caracterizar por esforços repetitivos, como também, pelas condições precárias em que se efetiva o trabalho, por meio de um sol forte e calor intenso, podendo até provocar a morte por exaustão.

Outro fator que tem prejudicado bastante a saúde destes trabalhadores são as queimadas, pois com a grande quantidade de fumaça que se espalha no plantio, somada ao sol escaldante, as roupas muito fechadas, as botas que acabam aquecendo mais ainda, cabeças cobertas, os trabalhadores ficam mais exaustos e acabam se desidratando pela grande temperatura apresentada.

Quanto ao salário, observa-se a intensa mais valia: “[...] o salário por peça é a forma de remuneração adotada no corte da cana. Até a década de 1960 a 1970 predominava o pagamento por feixe de cana. Nesse modelo, deveriam ser amarradas de 18 a 20 canas para formar um feixe” (SILVA APUD VERÇOZA, 2009, p. 8).

O salário dos trabalhadores do corte da cana ficava limitado, portanto, a quantidade de feixe que eles conseguiam amarrar, o que exigia mais esforço físico e agilidade do trabalhador para amarrar o maior número possível de feixe, porque daí dependia o seu salário.

[...] hoje os trabalhadores não controlam nem a medida do seu trabalho nem o valor do seu trabalho. [...] No caso da cana [o pagamento por produção] é mais perverso ainda, pois o ganho não depende apenas dos trabalhadores, mas de uma conversão feita pelo departamento técnico das usinas. (ALVES, 2006, p. 93).

Atualmente, produção do trabalhador do corte da cana passou a ser avaliada pela metragem e não mais pelos feixes de cana, forma de trabalho que acaba por gerar para os bóias-frias uma exigência maior no ritmo do trabalho, causando cada vez mais o adoecimento desta classe. E assim,

Para serem selecionados pela usina, os candidatos terão que cortar no mínimo dez toneladas de cana/dia. Caso contrário eles serão demitidos. Geralmente essa ‘poda’ se faz até sessenta dias após a admissão. O sistema de seleção funciona

dessa maneira. Sem nomear a usina, relato um caso que observei. A Usina X contratou cinco mil trabalhadores no início da safra. No primeiro mês calculou-se o rendimento médio dessa turma. No caso analisado, foram descartados dois mil trabalhadores, que não conseguiram alcançar a média. No segundo mês, o mesmo procedimento se repete, agora com três mil trabalhadores. Nessa etapa, foram 'podados' mais mil trabalhadores que tiverem uma produção inferior à média da turma. Assim, os dois mil trabalhadores, altamente produtivos, selecionados nesse processo, conseguiram realizar o quantum de produção dos cinco mil trabalhadores que iniciaram a safra. Esses trabalhadores selecionados chegam a cortar até vinte toneladas de cana/dia e manter uma média mensal entre 12 e 17 toneladas dia. (NOVAES APUD VERÇOZA, 2009, p. 13).

Para que as usinas de Alagoas pudessem se adequar ao processo de globalização e se manter no mercado, houve a necessidade de um grande investimento na área tecnológica, visando o aumento da produtividade, uma vez que as usinas alagoanas têm sido consideradas bastante atrasadas em relação à das outras regiões. Estas transformações,

[...] foram construídas sobre as bases do processo de modernização da agroindústria canavieira, iniciado por volta de 1950. A referida modernização estudada por Heredia (1988) e Andrade (1994), garantiu a expansão do plantio de cana-de-açúcar através da ocupação dos tabuleiros, áreas que eram consideradas impróprias para o cultivo da cana até o desenvolvimento da utilização de fertilizantes químicos. (CARVALHO APUD VERÇOZA, 2009, p. 11).

Neste novo cenário de reintegração de posses das terras, a agroindústria canavieira de Alagoas passa a ser inserida em um novo processo de competitividade entre as outras regiões. Mas, houve muitas mudanças neste processo, uma delas foi reduzir custos voltados para esta classe de trabalhadores e aumentar a exploração de sua força de trabalho, com o objetivo de aumentar a produtividade e garantir o lucro. Mello (APUD VERÇOZA, 2009, p. 12) destaca a efetivação dessa meta *toyotista* na agroindústria canavieira.

Assim, durante a década de 90, a usina Coruripe, a maior em atividade atualmente no nordeste, localizada nos 'tabuleiros' alagoanos pertencentes ao Grupo Tércio Wanderley, através de equipes de trabalho crescentemente monitoradas por recursos da informática, dobrou a moagem de cana e reduziu o número

de empregos em torno de 30%. (MELLO apud VERÇOZA, 2009, p. 12).

Visto, portanto, que é uma forma de reestruturação produtiva que busca o investimento em equipamentos tecnológicos para que possa reduzir os custos com os trabalhadores, trata-se, então, da substituição dos trabalhadores pelas máquinas; os que continuam trabalhando exercem várias funções, aumentando assim a competitividade e a cobrança entre os próprios trabalhadores para se manterem empregados. Além do mais, ainda existem as câmaras, as quais são utilizadas para monitorar os funcionários. Todos estes fatores aumentam a intensificação do trabalho, visando elevar a produtividade, sem se contar que o aumento da tecnologia tem contribuído bastante para diminuição de postos de trabalho.

Segundo Carvalho (APUD VERÇOZA, 2009, p. 11), "a reestruturação produtiva da agroindústria canavieira em Alagoas, teve como marco fundamental meados da década de 1990, mais precisamente no contexto da extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)". Este novo processo de produção pressupõe a redução de contratação, buscando fazer uma seleção cada vez mais exigente, além de gerar aumento da competitividade, submissão do trabalhador, aumento do desemprego, desigualdade social e conseqüentemente o aumento das expressões da questão social como a fome, miséria, violência, prostituição, dentre outros fatores.

Conseqüências dessas expressões são: a instabilidade no trabalho, trabalhos informais, formas precárias de contratação, salários baixos, terceirizações, dentre outros. Salientando informar que apesar da contratação destes trabalhadores muitos não conseguem manter-se no trabalho em virtude da intensidade do trabalho no campo.

Nesta contemporaneidade, os trabalhadores do corte da cana já não conseguem mais enxergar nem a produção e principalmente o quanto irão receber, porque isso já passa a ser uma função administrativa da própria usina e, muitas vezes, eles não têm acesso. Motivo pelo qual este processo de produção, torna-se muito ultrapassado, desestimulante e cada vez mais desumano para se trabalhar.

Alves (2006, p. 95) ressalta que:

[...] além de todo este gasto de energia andando, golpeando, agachando-se e carregando peso, o trabalhador utiliza uma vestimenta composta de botina com biqueira de aço, perneiras de couro até o joelho, calças de brim, camisa de manga comprida com mangote, de brim, luvas de raspa de couro, lenço no rosto e pescoço e chapéu, ou boné, quase sempre sob sol forte.

Vimos, portanto, que apesar de toda exploração e exaustão que é submetido o trabalhador do corte da cana, esses trabalhadores precisam trabalhar todo o período da safra para garantir não só a sua subsistência, mas de toda a família durante o período de entressafra.

Sendo assim, diante do que foi exposto, no que se refere às condições e relações de trabalho do cortador de cana-de-açúcar, tem-se pouco investimento nas condições de trabalho, continuam sendo explorados cada vez mais, salários baixos, grande intensificação no ritmo para atingir suas necessidades básicas, jornadas de trabalho extensas e sob condições muito precárias. Diante deste quadro de exploração, ainda se percebe que muitos são os trabalhos temporários e, após o período da safra, buscam alternativas de trabalho para sobreviver, porque precisam manter a si e a sua família no período em que não tem moagem. Sem vínculos empregatícios, muitos não conseguem outro trabalho porque passaram a vida no corte da cana.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi pesquisado observa-se que a expansão das usinas, atrelada aos grandes latifúndios, juntamente com a exploração da força de trabalho rural e a monocultura da cana-de-açúcar, visando o acúmulo de riquezas para os usineiros, tem causado o empobrecimento da população rural. A dificuldade do acesso a terra pelos trabalhadores rurais para cultivar outros gêneros alimentícios necessários à sua sobrevivência, faz com que estes trabalhadores se submetam ao trabalho árduo das usinas, cumprindo as metas exigidas pelos usineiros e sem vínculos empregatícios, trabalhando apenas em época de safra, ficando desempregados nos outros períodos, sendo obrigados a procurar trabalhos em outros estados brasileiros.

Outro fator que intensificou a exploração do trabalhador rural foram as mudanças que ocorreram no mercado de trabalho por meio da reestruturação produtiva, a partir da década de 1990, e as novas formas de organização do trabalho, pois os trabalhadores do corte da cana têm que cumprir as metas exigidas pelas usinas para que possam ser contratados.

No entanto, esta exploração sempre irá fazer parte da classe trabalhadora, não somente os trabalhadores brasileiros, nordestinos, que trabalham no corte da cana, mas todos que precisam vender sua força de trabalho em uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais e pelo antagonismo entre as classes, na qual uma classe produz riquezas para beneficiar a outra. Então toda esta desigualdade não pode ser superada, sem superar o modo de produção capitalista.

REFERENCIAS

ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**, v.15, n.3, Set/Dez, 2006. p.90-98. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/08.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DIÉGUES JR, Manuel. **População e açúcar no Nordeste do Brasil**. 2.ed. Maceió: Edufal, 2012.

ENGELMANN, Solange I; GIL, Aldo Duran. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. **Revista eletrônica do CEMOP**, n.2. Set.2012. Disponível em: <www.memoriaoperaria.org.br>. Acesso em: 18 dez. 2014.
FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12.ed. São Paulo: Edusp, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. Out. 2008. Disponível em: <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal24/04mancano.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2014

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação teórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2011.

LESSA, Sergio. **Para além de Marx?**: crítica da teoria de trabalho imaterial. São Paulo: Xamã, 2005.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Prefácio: Ricardo Antunes. Tradutor (a): Francisco Raul Cornejo e outros. São Paulo : Boitempo, 2009.

NETTO, J. P. Cinco Notas a propósito da "questão social". In. NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Uma face contemporânea da barbárie**. Serpa, 30-31 de out/1 de nov. 2010.

REIMBERG, Maurício. **Trabalho em usinas de Alagoa gera ações na justiça e dossiê**. Disponível em: <reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 24 abr. 2014.

SANT'ANA, Raquel Santos. **Trabalho bruto no canavial**: questão agrária, assistência e serviço social. São Paulo: Cortez, 2012.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcelos de. **Os métodos de exploração da força de trabalho na agroindústria canavieira de Alagoas**. 2009. Disponível em: <periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1468>. Acesso em: 17 dez. 2014.

Data do recebimento: 25 de Fervereiro de 2015

Data da avaliação: 25 de Fervereiro de 2015

Data de aceite: 25 de Fervereiro de 2015

1 Acadêmica do curso de Serviço Social do Centro Universitário Tiradentes – UNIT. E-mail: vicbuarque@hotmail.com

2 Acadêmica do curso de Serviço Social do Centro Universitário Tiradentes – UNIT.
E-mail: andreaamorimagape@gmail.com

3 Acadêmica do curso de Serviço Social do Centro Universitário Tiradentes – UNIT.
E-mail: zety.araujo.10@hotmail.com

4 Mestre em Serviço Social e docente no Centro Universitário Tiradentes – UNIT. E-mail: pmgois@bol.com.br